



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

REPUBLICAÇÃO

O Município de Ijuí – Poder Executivo, através da Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais (COPAM) da Secretaria Municipal da Fazenda, torna público que estará realizando a seguinte CHAMADA PÚBLICA:

CHAMADA PÚBLICA**01/2020****OBJETO**

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, com dispensa de licitação, Lei Federal nº 11.947, de 16/07/2009, Resolução FNDE/MEC n.º 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução FNDE/MEC n.º 04, de 02 de abril de 2015.

ÓRGÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**NOVO PERÍODO
CREDENCIAMENTO****DE 04/05/2020 a 19/05/2020** – De segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.**DATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA
ABERTURA DOS ENVELOPES****20/05/2020** - 09h00min**LOCAL**

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais (COPAM) - Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS

APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS: **Até 15/05/2020** - Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação

Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre esta Chamada Pública na Coordenadoria de Compras (COPAM) da Secretaria Municipal da Fazenda, localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e 13h30min às 17h00min, pelo telefone (55) 3331-8227 e/ou telefone/fax (55) 3331-8219 ou no site www.ijui.rs.gov.br, no link "Licitações".

Ijuí/RS, 28 de abril de 2020.

Priscila Maurer Leviski
Diretora da Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

EDITAL

REPUBLIÇÃO

O Município de Ijuí/RS – Poder Executivo comunica aos interessados que está procedendo à **CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020**, para fins de habilitação dos fornecedores e recebimento das propostas de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, em conformidade com a Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE/MEC nº 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução FNDE/MEC nº 04, de 02 de abril de 2015. **O prazo para a entrega dos envelopes será no período de 04/05/2020 a 19/05/2020**, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, na Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais (COPAM), localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000.

Solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhadas, em até 03 (três) dias úteis antes da data final do recebimento da documentação exigida, através do e-mail copam.edital@ijui.rs.gov.br ou, preferencialmente, protocoladas no setor de protocolo da Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais (COPAM), localizada no endereço acima descrito.

A sessão de abertura dos envelopes dos proponentes, dar-se-á em sessão pública a ser realizada no dia 20/05/2020 as 09h00min na COPAM.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Chamada Pública a habilitação dos fornecedores e recebimento das propostas de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, com dispensa de licitação, Lei nº 11.947, de 16/07/2009, Resolução FNDE/MEC nº 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução FNDE/MEC nº 04, de 02 de abril de 2015, conforme especificações e quantidades estimadas a seguir:

Item	Descrição	Quant.	Unid.
1	Leite Integral Longa Vida, embalagem tetra brick asseptic.	20.000,00	l
2	Arroz polido tipo 1 – Classe longo fino, embalagem plástica, transparente e resistente – peso líquido 5kg	1.500,00	pct
3	Feijão Preto tipo 1 - (peso líquido de 1 kg).	1.500,00	kg
4	Farinha de Milho média (emb. plástica transparente, resistente, com solda reforçada - peso líquido 1 kg).	1.000,00	kg
5	Tomate Longa Vida (grau médio de amadurecimento, tamanho médio, inteiro).	1.800,00	kg
6	Cebola (Íntegra, livre de brotos, tamanho médio).	1.500,00	kg
7	Pimentão Verde (Íntegro).	200,00	kg
8	Tempero verde (salsa e cebolinha – íntegro e fresco, maços de 80 a 100g), sem folhas amareladas.	4.000,00	un
9	Beterraba (tamanho médio, íntegra), livre de brotos e fresca.	2.500,00	kg
10	Cenoura (tamanho médio, sem manchas escuras, íntegra), livre de brotos e fresca.	3.500,00	kg
11	Repolho (verde, podado, íntegro).	4.000,00	kg
12	Moranga cabutiá (tamanho médio, íntegra).	1.000,00	kg
13	Couve em folha (maços de 200g – íntegra), fresca.	1.500,00	un
14	Batata doce (tamanho médio, íntegra, livre de brotos).	1.200,00	kg
15	Alface crespa (pé tamanho grande, íntegra).	3.500,00	un



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

16	Espinafre, íntegro, maços de 200g. Fresco, sem folhas amareladas.	800,00	un
17	Ovos Vermelhos, tipo 1, encartelados, identificado com a data de validade, acondicionados em grades e caixas de papelão.	2.000,00	dz
18	Melancia redonda, íntegra, pesando entre 10 e 12kg	500,00	un
19	Pão Francês (peso líquido 50 g).	20.000,00	un
20	Mel puro de abelha, de mesa, centrifugado, cor levemente amarelada a castanho escura, não contendo substâncias estranhas à sua composição normal, não apresentando cristalização, sem adição de corantes, aromatizantes, espessantes, conservadores e edulcorantes, sejam naturais ou sintéticos. O produto deverá possuir rótulo indicando a procedência, data de validade e registro no órgão sanitário competente, acondicionado em potes plásticos, lacrados, com peso líquido de 1kg.	100,00	kg
21	Farinha de trigo especial. Pacote de 5 kg. Embalagem resistente.	600,00	pct
22	Laranja comum para suco.	7.000,00	kg
23	Laranja do céu, tamanho médio, íntegra	1.000,00	kg
24	Milho verde em espiga, tamanho médio, íntegro.	1.500,00	un
25	Mandioca descascada, embalada em pacotes de 1kg	1.000,00	kg
26	Couve Flor, pés tamanho grande, livre de insetos, fresca, íntegra.	600,00	un
27	Chuchu, tamanho médio, íntegro.	400,00	kg
28	Brócolis, maços de 200 g, íntegro e fresco.	600,00	un
29	Bergamota, tamanho médio, íntegra.	6.000,00	kg
30	Abobrinha, tamanho médio, íntegra, fresca. COMPLEMENTO: abobrinha Itália.	400,00	kg
31	Melão cascudo, maduro, tamanho médio	400,00	kg
32	Bolacha, tipo champagne. Ingredientes: ovos, farinha de trigo, gordura, leite, sal amoníaco e açúcar. Peso líquido médio por unidade de 10g. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.	400,00	kg
33	Lingüiça mista, elaborada com carne de porco, com baixa quantidade de gordura, tempero verde, sal temperado na proporção máxima de 2,7%, tendo em média de 10 a 12 unidades por quilo, com S.I.M.	1.500,00	kg
34	Pão tipo sovado peso líquido médio por unidade de 500g. COMPLEMENTO: Pão Caseiro. Ingredientes: farinha de trigo, açúcar, sal, gordura, fermento e água. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.	1.500,00	kg
35	Massa caseira fresca, embalagem plástica, transparente, resistente, peso líquido 500g.	400,00	kg
36	Pão caseiro integral, peso líquido médio por unidade de 500 g. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.	800,00	kg



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

37	Bolacha caseira tipo rosca de polvilho. Ingredientes: Polvilho doce, açúcar, fermento químico, ovos, canela, farinha de trigo e manteiga. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.	400,00	kg
38	Bolacha caseira sem lactose e ovo. Ingredientes: Polvilho doce, fermento químico, açúcar, canela, gordura animal, sal amoníaco e farinha de trigo. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.	100,00	kg
39	Suco de uva integral, embalagem de vidro contendo 1.000ml ou 1.500ml, 100% suco de uva integral, variedades: 45% bordô, 25% concord, 25% Isabel e 5% outras (aproximadamente). Validade de 24 meses. O fornecedor deverá realizar o recolhimento das embalagens de vidro.	2.000,00	l
40	Polpa de fruta congelada, embalagem de 500g. Sabores morango, maracujá, abacaxi, laranja (a combinar com o fornecedor).	500,00	kg
41	Carne congelada em cubos, embalagem plástica, peso líquido de 2kg, deverá obrigatoriamente apresentar rótulo indicando procedência, prazo de validade e número de registro.	500,00	kg

2. DAS AMOSTRAS

2.1. Deverão ser entregues amostras dos seguintes produtos:

Item	Descrição
1	Leite Integral Longa Vida, embalagem tetra brick aséptico.
2	Arroz polido tipo 1 – Classe longo fino, embalagem plástica, transparente e resistente – peso líquido 5kg
3	Feijão Preto tipo 1 - (peso líquido de 1 kg).
4	Farinha de Milho média (emb. plástica transparente, resistente, com solda reforçada - peso líquido 1 kg).
21	Farinha de trigo especial. Pacote de 5 kg. Embalagem resistente.

2.2. As amostras deverão ser entregues até o dia **15/05/2020**, de Segunda a Sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, no Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Benjamin Constant, nº 116, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, aos cuidados das servidoras Sandra Link, Camila Alves, Lourdes Miron e Néia Hanzel.

2.3. As amostras deverão estar devidamente identificadas com os seguintes dados:

[<NOME DA EMPRESA FORNECEDORA>]
[<CNPJ DA EMPRESA FORNECEDORA>]
[<ENDEREÇO E CONTATO DA EMPRESA FORNECEDORA>]
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020
ITEM Nº XX (obedecendo a numeração do item 2.1.)

2.4. A amostra de arroz e de farinha de trigo não necessita ser do tamanho solicitado em edital, mas no momento do recebimento dos produtos será observada a descrição do edital.

2.5. As amostras serão submetidas aos seguintes critérios para avaliação:

- Identificação das amostras, as amostras que não possuam identificação do fornecedor constante na embalagem não serão submetidas à avaliação;
- Concordância das características das amostras em relação à descrição do produto;
- Características organolépticas (sabor e textura);



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- d) Aceitabilidade dos alimentos pelas crianças e escolares;
 - e) Embalagem (tipo de embalagem descrita e resistência);
 - f) Rendimento após o preparo e ou cocção;
 - g) Preparo (tempo de cocção constante na embalagem).
- 2.6. A avaliação das amostras será realizada de acordo com as especificações técnicas elencadas no Memorando Interno nº 87/2020 - SMED (Anexo V deste edital).

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

- 3.1. Para participação da presente chamada pública, os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar os documentos de habilitação e a sua proposta em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS - PODER EXECUTIVO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2020
ENVELOPE N.º 01 - HABILITAÇÃO
NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO PROPONENTE
ENDEREÇO COMPLETO DO PROPONENTE
CONTATO DO PROPONENTE

AO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS - PODER EXECUTIVO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2020
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA
NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO PROPONENTE
ENDEREÇO COMPLETO DO PROPONENTE
CONTATO DO PROPONENTE

4. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 1)

- 4.1. DOCUMENTOS PARA FORNECEDORES INDIVIDUAIS, DETENTORES DE DAP FÍSICA, NÃO ORGANIZADOS EM GRUPO:
- 4.1.1. Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
 - 4.1.2. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - 4.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda do Município do domicílio ou sede do licitante;
 - 4.1.4. Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - 4.1.5. Declaração de que não emprega menor, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, conforme Anexo III deste edital;
 - 4.1.6. Declaração de que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda são oriundos de produção própria;
 - 4.1.7. Para produto de origem animal apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção Sanitária, podendo ser municipal, estadual ou federal.
- 4.2. DOCUMENTOS PARA GRUPOS INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES, DETENTORES DE DAP FÍSICA, ORGANIZADOS EM GRUPO:
- 4.2.1. Extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
 - 4.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - 4.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda do Município contratante;
 - 4.2.4. Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - 4.2.5. Declaração de que não emprega menor, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, conforme Anexo III deste edital;
 - 4.2.6. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- familiares relacionados no projeto de venda;
- 4.2.7. Para produto de origem animal apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção Sanitária, podendo ser municipal, estadual ou federal.
- 4.3. DOCUMENTOS PARA GRUPOS FORMAIS, DETENTORES DE DAP JURÍDICA:
- 4.3.1. Extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- 4.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 4.3.3. Cópia do estatuto e da ata de posse da atual diretoria da entidade devidamente registradas na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
- 4.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 4.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
- 4.3.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;
- 4.3.7. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.3.8. Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.3.9. Alvará de localização fornecido pelo Município em que está situado;
- 4.3.10. Declaração da Associação ou Cooperativa, firmada pelo seu representante, de que não emprega menor, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, conforme Anexo III deste edital;
- 4.3.11. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda;
- 4.3.12. Para produto de origem animal apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção Sanitária, podendo ser municipal, estadual ou federal;
- 4.3.13. Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados.
- 4.4. A falta de juntada de quaisquer dos documentos exigidos para habilitação ensejará a inabilitação do proponente.
- 4.5. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do processo administrativo.
- 4.5.1. Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar assinados por seu representante legal, com identificação clara do signatário.
- 4.5.2. Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor.
- 4.5.3. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado como prazo de validade o 30º (trigésimo) dia, contado a partir da data de sua expedição.
- 4.5.4. Os documentos emitidos através da internet terão sua autenticidade conferida.
- 4.5.5. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, conter a indicação do número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 4.5.6. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e, no caso de filiais, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos do licitante.
- 5. DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº 2)**
- 5.1. A proposta deverá ser apresentada de forma legível, digitadas ou datilografadas, obedecendo à forma



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

contida no formulário para preenchimento da proposta (Anexo IV deste edital), observadas ainda as seguintes exigências:

- a) Ser apresentada em moeda corrente nacional, com duas casas decimais após a vírgula;
- b) Estar assinada, com a identificação do proponente e do responsável legal;
- c) Ser isenta de emendas, rasuras ou entrelinhas;
- d) Conter a indicação do valor unitário e o valor total para cada um dos itens cotados e a quantidade máxima a ser fornecida.

5.2. A proposta deverá estar acompanhada do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para alimentação escolar (Anexo IV da Resolução nº 04/15 – FNDE/MEC), conforme Anexo II deste edital.

5.2.1. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ E DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

6. CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DO FORNECEDOR

6.1. Somente serão aceitas propostas com valores exatamente iguais aos definidos na tabela indicada no item 7.1 deste edital, exceto no caso de propostas de gêneros alimentícios orgânicos ou agroecológicos, onde serão aceitas propostas até o limite de 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei Federal nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

6.2. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

6.2.1. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:
I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos;
II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País;
III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País;

6.2.2. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:
I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;
III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física).

6.2.3. Caso não sejam obtidas as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos neste edital.

6.2.4. Para efeitos do disposto neste edital, serão considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados/cooperados das organizações produtivas, no caso do grupo formal, e 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos fornecedores agricultores familiares, no caso de grupo informal, conforme identificação na(s) DAP(s).

6.2.5. No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas -



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

conforme identificação na(s) DAP(s).

- 6.2.6. No caso de empate entre Grupos Formais, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica.
- 6.2.7. Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

7. PREÇOS DE REFERÊNCIA E CONDIÇÕES DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

- 7.1. A quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos é estimada com base nos cardápios de alimentação escolar, elaborados pela nutricionista do Município de Ijuí/RS:

Item	Cód.	Qtd.	Un.	Descrição	Preço Médio Unitário (R\$)	Preço Médio Total (R\$)
1	62	20.000,00	l	Leite Integral Longa Vida, embalagem tetra brick asseptic.	3,10	62.000,00
2	63	1.500,00	pct	Arroz polido tipo 1 – Classe longo fino, embalagem plástica, transparente e resistente – peso líquido 5kg	11,34	17.010,00
3	82	1.500,00	kg	Feijão Preto tipo 1 - (peso líquido de 1 kg).	4,61	6.915,00
4	80	1.000,00	kg	Farinha de Milho média (emb. plástica transparente, resistente, com solda reforçada - peso líquido 1 kg).	2,72	2.720,00
5	99	1.800,00	kg	Tomate Longa Vida (grau médio de amadurecimento, tamanho médio, inteiro).	3,99	7.182,00
6	100	1.500,00	kg	Cebola (Íntegra, livre de brotos, tamanho médio).	2,46	3.690,00
7	101	200,00	kg	Pimentão Verde (Íntegro).	5,11	1.022,00
8	102	4.000,00	un	Tempero verde (salsa e cebolinha – íntegro e fresco, maços de 80 a 100g), sem folhas amareladas.	1,99	7.960,00
9	104	2.500,00	kg	Beterraba (tamanho médio, íntegra), livre de brotos e fresca.	3,61	9.025,00
10	105	3.500,00	kg	Cenoura (tamanho médio, sem manchas escuras, íntegra), livre de brotos e fresca.	3,90	13.650,00
11	106	4.000,00	kg	Repolho (verde, podado, íntegro).	3,02	12.080,00
12	107	1.000,00	kg	Moranga cabutiá (tamanho médio, íntegra).	2,86	2.860,00
13	108	1.500,00	un	Couve em folha (maços de 200g – íntegra), fresca.	1,99	2.985,00
14	109	1.200,00	kg	Batata doce (tamanho médio, íntegra, livre de brotos).	3,78	4.536,00
15	111	3.500,00	un	Alface crespa (pé tamanho grande, íntegra).	2,01	7.035,00
16	116	800,00	un	Espinafre, íntegro, maços de 200g. Fresco, sem folhas amareladas.	2,62	2.096,00



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

17	118	2.000,00	dz	Ovos Vermelhos, tipo 1, encartelados, identificado com a data de validade, acondicionados em grades e caixas de papelão.	5,02	10.040,00
18	119	500,00	un	Melancia redonda, íntegra, pesando entre 10 e 12kg	18,83	9.415,00
19	167	20.000,00	un	Pão Francês (peso líquido 50 g).	0,41	8.200,00
20	689	100,00	kg	Mel puro de abelha, de mesa, centrifugado, cor levemente amarelada a castanho escura, não contendo substâncias estranhas à sua composição normal, não apresentando cristalização, sem adição de corantes, aromatizantes, espessantes, conservadores e edulcorantes, sejam naturais ou sintéticos. O produto deverá possuir rótulo indicando a procedência, data de validade e registro no órgão sanitário competente, acondicionado em potes plásticos, lacrados, com peso líquido de 1kg.	28,88	2.888,00
21	863	600,00	pct	Farinha de trigo especial. Pacote de 5 kg. Embalagem resistente.	11,61	6.966,00
22	1012	7.000,00	kg	Laranja comum para suco.	2,41	16.870,00
23	1202	1.000,00	kg	Laranja do céu, tamanho médio, íntegra	3,59	3.590,00
24	1203	1.500,00	un	Milho verde em espiga, tamanho médio, íntegro.	1,00	1.500,00
25	1349	1.000,00	kg	Mandioca descascada, embalada em pacotes de 1kg	4,84	4.840,00
26	2794	600,00	un	Couve Flor, pés tamanho grande, livre de insetos, fresca, íntegra.	4,77	2.862,00
27	2796	400,00	kg	Chuchu, tamanho médio, íntegro.	4,64	1.856,00
28	3770	600,00	un	Brócolis, maços de 200 g, íntegro e fresco.	4,87	2.922,00
29	3771	6.000,00	kg	Bergamota, tamanho médio, íntegra.	2,69	16.140,00
30	14651	400,00	kg	Abobrinha, tamanho médio, íntegra, fresca. COMPLEMENTO: abobrinha Itália.	2,60	1.040,00
31	19776	400,00	kg	Melão cascudo, maduro, tamanho médio	4,69	1.876,00
32	21627	400,00	kg	Bolacha, tipo champagne. Ingredientes: ovos, farinha de trigo, gordura, leite, sal amoníaco e açúcar. Peso líquido médio por unidade de 10g. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.	23,04	9.216,00
33	21659	1.500,00	kg	Lingüiça mista, elaborada com carne de porco, com baixa quantidade de gordura, tempero verde, sal temperado na proporção máxima de 2,7%, tendo em média de 10 a 12 unidades por quilo, com S.I.M.	17,08	25.620,00
34	21663	1.500,00	kg	Pão tipo sovado peso líquido médio por unidade de 500g. COMPLEMENTO: Pão Caseiro. Ingredientes: farinha de trigo, açúcar, sal, gordura, fermento e água. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.	10,99	16.485,00



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

35	32762	400,00	kg	Massa caseira fresca, embalagem plástica, transparente, resistente, peso líquido 500g.	11,42	4.568,00
36	35748	800,00	kg	Pão caseiro integral, peso líquido médio por unidade de 500 g. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.	11,52	9.216,00
37	36428	400,00	kg	Bolacha caseira tipo rosca de polvilho. Ingredientes: Polvilho doce, açúcar, fermento químico, ovos, canela, farinha de trigo e manteiga. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.	23,04	9.216,00
38	36429	100,00	kg	Bolacha caseira sem lactose e ovo. Ingredientes: Polvilho doce, fermento químico, açúcar, canela, gordura animal, sal amoníaco e farinha de trigo. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.	23,04	2.304,00
39	28466	2.000,00	l	Suco de uva integral, embalagem de vidro contendo 1.000ml ou 1.500ml, 100% suco de uva integral, variedades: 45% bordô, 25% concord, 25% Isabel e 5% outras (aproximadamente). Validade de 24 meses. O fornecedor deverá realizar o recolhimento das embalagens de vidro.	13,35	26.700,00
40	42480	500,00	kg	Polpa de fruta congelada, embalagem de 500g. Sabores morango, maracujá, abacaxi, laranja (a combinar com o fornecedor).	14,00	7.000,00
41	42479	500,00	kg	Carne congelada em cubos, embalagem plástica, peso líquido de 2kg, deverá obrigatoriamente apresentar rótulo indicando procedência, prazo de validade e número de registro.	18,74	9.370,00

- 7.2. Os produtos deverão ser entregues de acordo com o cronograma de entrega especificado no Memorando Interno nº 87/2020 - SMED (Anexo V deste edital), elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.
- 7.3. Todos os gêneros alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (RDC nº 259/02 - dispõe sobre o Regulamento Técnico para Rotulagem de Alimentos Embalados; RDC nº 360/03 - dispõe sobre o Regulamento Técnico para Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados; RDC nº 216/04 - dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviço de Alimentação).
- 7.4. As propostas apresentadas para os seguintes produtos terão sua classificação condicionada à apresentação de amostras, pelo licitante, e à aprovação destas, pelo órgão requisitante:

Item	Descrição
1	Leite Integral Longa Vida, embalagem tetra brick aséptico.
3	Feijão Preto tipo 1 - (peso líquido de 1 kg).
4	Farinha de Milho média (emb. plástica transparente, resistente, com solda reforçada - peso líquido 1 kg).
21	Farinha de trigo especial. Pacote de 5 kg. Embalagem resistente.

8. PERÍODO DE VIGÊNCIA

- 8.1. O período de vigência do fornecimento começará imediatamente após a assinatura do instrumento



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

contratual e vigorará até xx/xx/xxxx. (A data limite de vigência será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da homologação deste processo de chamada pública).

9. DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Declarado vencedor o agricultor familiar (grupo formal ou informal) terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, cuja minuta consta do Anexo I deste instrumento convocatório, contados a partir da data de sua intimação.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O fornecedor será remunerado exclusivamente de acordo com os itens, quantidades e preços previstos na proposta vencedora.
- 10.2. O pagamento será efetuado mensalmente, de acordo com a quantidade de produto entregue, no prazo de até 30 (trinta) dias da liquidação da documentação, conforme Capítulo II, art. 6º e § 3º, art. 8º, do Decreto Executivo Municipal nº 5.753, de 15 de setembro de 2015, contados da apresentação, pelo órgão requisitante, da nota fiscal à Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria da Fazenda do Município de Ijuí/RS.
- 10.3. O pagamento será realizado mediante depósito bancário em favor do fornecedor, que deverá indicar a instituição bancária, a agência, a localidade e a conta corrente para que seja realizada a operação correspondente.
- 10.3.1. As informações referidas no item anterior (item 10.3) deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda em formulário próprio, quando da assinatura do contrato, ficando o fornecedor obrigado a mantê-las atualizadas.

11. RESPONSABILIDADES DOS FORNECEDORES

- 11.1. Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias a execução do seu objeto, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, à pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- 11.2. O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no projeto de venda, anexo II do presente edital, o padrão de identidade e de qualidade estabelecidos na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Coordenadoria de Alimentação Escolar (Resolução RDC nº 259/02 – ANVISA).
- 11.3. O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta chamada pública, durante a vigência do contrato.
- 11.4. O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme os cronogramas de entrega especificados no Memorando Interno nº 87/2020 - SMED (Anexo V deste edital), elaborados pela Secretaria Municipal de Educação.
- 11.5. Será de responsabilidade exclusiva do agricultor o ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes da má qualidade dos produtos ou do atraso no fornecimento, que deverão ser apurados em processo administrativo próprio.

12. PENALIDADES

- 12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato ou da ordem de fornecimento, o Município de Ijuí/RS poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
- 12.2. As penalidades serão:
- a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 12.3. Essas penalidades serão aplicadas a critério do Município, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.
- 12.4. Serão aplicadas as penalidades:
- 12.4.1. Quando houver recusa injustificada da empresa em assinar o contrato, ou não assiná-lo dentro do prazo estabelecido pelo Município;
 - 12.4.2. Quando houver recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento (empenho), dentro do prazo estabelecido pela Administração;
 - 12.4.3. Sempre que verificadas pequenas irregularidades;
 - 12.4.4. Quando houver atraso injustificado na entrega do(s) produto(s) solicitado(s);
 - 12.4.5. Quando não corrigir deficiência apresentada no(s) produto(s) entregue(s);
 - 12.4.6. Quando houver descumprimento das cláusulas constantes no contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente.
- 12.5. Para o caso previsto no subitem 12.4.1 será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado e homologado.
- 12.6. Para o caso previsto no subitem 12.4.2 será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total.
- 12.7. A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades (subitem 12.4.3). A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério do Município.
- 12.8. A multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total contratado, para o caso previsto no item 12.4.4, limitado ao prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 12.9. Para os casos previstos no subitem 12.4.5 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado.
- 12.10. Para os casos previstos no subitem 12.4.6 será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado.
- 12.11. A multa prevista nos itens anteriores não impede que o Município rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei.
- 12.12. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 12.13. A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade depois de exame por Comissão especialmente designada pelo Prefeito.
- 12.14. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.
- 13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 13.1. A despesa decorrente da contratação do objeto desta Chamada Pública correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Ijuí – Poder Executivo.
- 14. DOS RECURSOS**
- 14.1. Das decisões proferidas, decorrentes da presente chamada pública, caberá recurso à autoridade superior no prazo de 05 (cinco) dias, e contra-razões no mesmo prazo, conforme art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 15. OBSERVAÇÃO GERAL**
- 15.1. Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre esta Chamada Pública na Coordenadoria de Compras (COPAM) da Secretaria Municipal da Fazenda,



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e 13h30min às 17h00min, pelo telefone (55) 3331-8219 ou no site www.ijui.rs.gov.br, no link "Licitações".

16. ANEXOS

16.1. Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes anexos:

Anexo I	Minuta do contrato
Anexo II	Projeto de venda
Anexo III	Declaração prevista no art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93
Anexo IV	Formulário para preenchimento da proposta
Anexo V	Memorando Interno nº 87/2020 – SMED
Anexo VI	Parecer jurídico 338/2019

Ijuí/RS, 28 de abril de 2020.

Assessoria Jurídica

Priscila Maurer Leviski
Diretora da Coordenadoria de Compras, Patrimônio e
Administração de Materiais

Valdir Heck
Prefeito



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020
ANEXO I
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE IJUÍ, CNPJ nº 90.738.196/0001-09, com sede administrativa na Rua Benjamin Constant, 429, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. VALDIR HECK, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado em Ijuí/RS, na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da cédula de identidade nº. xxxxxxxxxx e inscrito no CPF nº. xxx.xxx.xxx/xx, e CONTRATADA, a empresa xxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua xxxxxxxxxx, nº xxxxx no Bairro xxxxxxxxxx, na cidade xxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxx, neste ato representada por seu (sócio-proprietário; sócio-gerente, procurador, diretor, etc.), Sr. xxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxxxx, residente na Rua xxxxxxxxxx, nº xxxxx no Bairro xxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxx, portador da cédula de identidade nº. xxxxxxxxxx, inscrito no CPF N.º xxxxxxxxxxxxxx, firmam o presente contrato nos termos do edital da Chamada Pública nº 01/2020, da proposta apresentada pela CONTRATADA e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO VALOR

O valor deste contrato é de R\$ (valor em algarismo) (valor por extenso), aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para total execução do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente desta contratação correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Ijuí – Poder Executivo:

CLÁUSULA QUARTA
DA EXECUÇÃO

A execução do presente contrato far-se-á observando todas as especificações do contidas no edital e neste instrumento contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto contratado deverá ser entregue de forma parcelada, conforme a necessidade e solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá entregar os gêneros alimentícios conforme os cronogramas de entrega especificados no Memorando Interno nº 87/2020 - SMED (Anexo V do edital), elaborados pela Secretaria Municipal de Educação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As despesas de entrega (transporte e descarga) ficarão sob a responsabilidade da CONTRATADA e considerar-se-ão incluídas no preço ajustado no presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA
DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Este instrumento contratual entrará em vigor imediatamente após a sua assinatura e vigorará até xx/xx/xxxx. (A data limite de vigência será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da homologação deste processo de chamada pública).

CLÁUSULAS SEXTA
DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste contrato será recebido pelo CONTRATANTE mediante atestado do responsável técnico, que verificará sua adequação com as disposições contidas no instrumento convocatório, nas cláusulas deste instrumento contratual e na legislação em vigor aplicável ao mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA
DO PAGAMENTO

A CONTRATADA será remunerada exclusivamente de acordo com os itens, quantidades e preços



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

previstos na proposta vencedora.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será efetuado mensalmente, de acordo com a quantidade de produto entregue, no prazo de até 30 (trinta) dias da liquidação da documentação, conforme Capítulo II, art. 6º e § 3º, art. 8º, do Decreto Executivo Municipal nº 5.753, de 15 de setembro de 2015, contados da apresentação, pelo órgão requisitante, da nota fiscal à Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria da Fazenda do Município de Ijuí/RS.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento será realizado mediante depósito bancário em favor do fornecedor, que deverá indicar a instituição bancária, a agência, a localidade e a conta corrente para que seja realizada a operação correspondente.

CLÁUSULA OITAVA
DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

- 1 Dos direitos:
 - 1.1 Do CONTRATANTE:
 - 1.1.1 Receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.
 - 1.2 Da CONTRATADA:
 - 1.2.1 Receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.
- 2 Das obrigações:
 - 2.1 Do CONTRATANTE:
 - 2.1.1 Efetuar o pagamento ajustado;
 - 2.1.2 Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato.
 - 2.2 Da CONTRATADA:
 - 2.2.1 Prestar os serviços na forma ajustada;
 - 2.2.2 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas entre a CONTRATADA e seus empregados;
 - 2.2.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
 - 2.2.4 Apresentar durante a execução do contrato documentos que comprovem estar cumprindo, a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributários, fiscais e comerciais;
 - 2.2.5 Cumprir e fazer cumprir todas as normas, regulamentares sobre Medicina e Segurança do trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais e coletivos exigidos pela legislação;
 - 2.2.6 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA NONA
DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências do art. 80 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido de acordo com o art. 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: A rescisão deste contrato implicará a retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do contrato ou da ordem de fornecimento, o Município de Ijuí/RS poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As penalidades serão:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

PARÁGRAFO SEGUNDO: Essas penalidades serão aplicadas a critério do Município Ijuí/RS, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Serão aplicadas as penalidades:

- a) Quando houver recusa injustificada da empresa em assinar o contrato, ou não assiná-lo dentro do prazo estabelecido pelo Município;
- b) Quando houver recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento (empenho), dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- c) Sempre que verificadas pequenas irregularidades;
- d) Quando houver atraso injustificado na entrega do(s) produto(s) solicitado(s);
- e) Quando não corrigir deficiência apresentada no(s) produto(s) entregue(s);
- f) Quando houver descumprimento das cláusulas constantes no contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente.

PARÁGRAFO QUARTO: Para o caso previsto na alínea "a" do parágrafo terceiro será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado e homologado.

PARÁGRAFO QUINTO: Para o caso previsto na alínea "b" do parágrafo terceiro será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total.

PARÁGRAFO SEXTO: A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades (alínea "c" do parágrafo terceiro). A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério do Município.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total contratado, para o caso previsto na alínea "d" do parágrafo terceiro, limitado ao prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO OITAVO: Para os casos previstos na alínea "e" do parágrafo terceiro será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado.

PARÁGRAFO NONO: Para os casos previstos na alínea "f" do parágrafo terceiro será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A multa prevista nos itens anteriores não impede que o Município rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade depois de exame por Comissão especialmente designada pelo Prefeito Municipal.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA EFICÁCIA

O presente contrato terá eficácia após a publicação de sua súmula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O servidor (____), matrícula nº (____), será o **GESTOR** do contrato, conforme determina o Decreto Municipal nº 5.753/2015, de 15 de setembro de 2015, em seu art. 2, inciso IV.

O servidor (____), matrícula nº (____), será o **FISCAL** do contrato, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67.

As omissões desse certame serão resolvidas pelas disposições constantes na Lei Federal nº 8.666/93.

Fica eleito o foro da Comarca de Ijuí para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Assim, por estarem as partes justas e contratadas, firma o presente termo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ijuí, RS, [DATA].

Contratada

Valdir Heck
Prefeito

TESTEMUNHAS:



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

ANEXO II

**MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (ANEXO IV DA RESOLUÇÃO Nº 04/15 - FNDE)**



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

ANEXO III

DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 27, V DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

PROPONENTE: [<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES>]

ENDEREÇO: [<ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE>]

CONTATO: [<NOME, TELEFONE, FAX, E-MAIL>]

Observação: Conforme determina o item 6.1 deste edital: *"Somente serão aceitas propostas com valores exatamente iguais aos definidos na tabela indicada no item 7.1 deste edital, exceto no caso de propostas de gêneros alimentícios orgânicos ou agroecológicos, onde serão aceitas propostas até o limite de 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei Federal nº 12.512, de 14 de outubro de 2011."*

Item	Cód. COPAM	Quant.	Unid.	Descrição	Quant. máxima a ser fornecida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	62	20.000,00	l	Leite Integral Longa Vida, embalagem tetra brick asseptic.			
2	63	1.500,00	pct	Arroz polido tipo 1 – Classe longo fino, embalagem plástica, transparente e resistente – peso líquido 5kg			
3	82	1.500,00	kg	Feijão Preto tipo 1 - (peso líquido de 1 kg).			
4	80	1.000,00	kg	Farinha de Milho média (emb. plástica transparente, resistente, com solda reforçada - peso líquido 1 kg).			
5	99	1.800,00	kg	Tomate Longa Vida (grau médio de amadurecimento, tamanho médio, inteiro).			
6	100	1.500,00	kg	Cebola (Íntegra, livre de brotos, tamanho médio).			
7	101	200,00	kg	Pimentão Verde (Íntegro).			
8	102	4.000,00	un	Tempero verde (salsa e cebolinha – íntegro e fresco, maços de 80 a 100g), sem folhas amareladas.			
9	104	2.500,00	kg	Beterraba (tamanho médio, íntegra), livre de brotos e fresca.			
10	105	3.500,00	kg	Cenoura (tamanho médio, sem manchas escuras, íntegra), livre de brotos e fresca.			
11	106	4.000,00	kg	Repolho (verde, podado, íntegro).			
12	107	1.000,00	kg	Moranga cabutiá (tamanho médio, íntegra).			
13	108	1.500,00	un	Couve em folha (maços de 200g – íntegra), fresca.			
14	109	1.200,00	kg	Batata doce (tamanho médio, íntegra, livre de brotos).			
15	111	3.500,00	un	Alface crespa (pé tamanho grande, íntegra).			



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

16	116	800,00	un	Espinafre, íntegro, maços de 200g. Fresco, sem folhas amareladas.			
17	118	2.000,00	dz	Ovos Vermelhos, tipo 1, encartelados, identificado com a data de validade, acondicionados em grades e caixas de papelão.			
18	119	500,00	un	Melancia redonda, íntegra, pesando entre 10 e 12kg			
19	167	20.000,00	un	Pão Francês (peso líquido 50 g).			
20	689	100,00	kg	Mel puro de abelha, de mesa, centrifugado, cor levemente amarelada a castanho escura, não contendo substâncias estranhas à sua composição normal, não apresentando cristalização, sem adição de corantes, aromatizantes, espessantes, conservadores e edulcorantes, sejam naturais ou sintéticos. O produto deverá possuir rótulo indicando a procedência, data de validade e registro no órgão sanitário competente, acondicionado em potes plásticos, lacrados, com peso líquido de 1kg.			
21	863	600,00	pct	Farinha de trigo especial. Pacote de 5 kg. Embalagem resistente.			
22	1012	7.000,00	kg	Laranja comum para suco.			
23	1202	1.000,00	kg	Laranja do céu, tamanho médio, íntegra			
24	1203	1.500,00	un	Milho verde em espiga, tamanho médio, íntegro.			
25	1349	1.000,00	kg	Mandioca descascada, embalada em pacotes de 1kg			
26	2794	600,00	un	Couve Flor, pés tamanho grande, livre de insetos, fresca, íntegra.			
27	2796	400,00	kg	Chuchu, tamanho médio, íntegro.			
28	3770	600,00	un	Brócolis, maços de 200 g, íntegro e fresco.			
29	3771	6.000,00	kg	Bergamota, tamanho médio, íntegra.			
30	14651	400,00	kg	Abobrinha, tamanho médio, íntegra, fresca. COMPLEMENTO: abobrinha Itália.			
31	19776	400,00	kg	Melão cascudo, maduro, tamanho médio			
32	21627	400,00	kg	Bolacha, tipo champagne. Ingredientes: ovos, farinha de trigo, gordura, leite, sal amoníaco e açúcar. Peso líquido médio por unidade de 10g. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.			
33	21659	1.500,00	kg	Lingüiça mista, elaborada com carne de porco, com baixa quantidade de gordura, tempero verde, sal temperado na proporção máxima de 2,7%, tendo em média de 10 a 12 unidades por quilo, com S.I.M.			



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

34	21663	1.500,00	kg	Pão tipo sovado peso líquido médio por unidade de 500g. COMPLEMENTO: Pão Caseiro. Ingredientes: farinha de trigo, açúcar, sal, gordura, fermento e água. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.			
35	32762	400,00	kg	Massa caseira fresca, embalagem plástica, transparente, resistente, peso líquido 500g.			
36	35748	800,00	kg	Pão caseiro integral, peso líquido médio por unidade de 500 g. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.			
37	36428	400,00	kg	Bolacha caseira tipo rosca de polvilho. Ingredientes: Polvilho doce, açúcar, fermento químico, ovos, canela, farinha de trigo e manteiga. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.			
38	36429	100,00	kg	Bolacha caseira sem lactose e ovo. Ingredientes: Polvilho doce, fermento químico, açúcar, canela, gordura animal, sal amoníaco e farinha de trigo. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual.			
39	28466	2.000,00	l	Suco de uva integral, embalagem de vidro contendo 1.000ml ou 1.500ml, 100% suco de uva integral, variedades: 45% bordô, 25% concord, 25% Isabel e 5% outras (aproximadamente). Validade de 24 meses. O fornecedor deverá realizar o recolhimento das embalagens de vidro.			
40	42480	500,00	kg	Polpa de fruta congelada, embalagem de 500g. Sabores morango, maracujá, abacaxi, laranja (a combinar com o fornecedor).			
41	42479	500,00	kg	Carne congelada em cubos, embalagem plástica, peso líquido de 2kg, deverá obrigatoriamente apresentar rótulo indicando procedência, prazo de validade e número de registro.			

[<LOCAL>], [<DATA>].
[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

ANEXO V

MEMORANDO INTERNO Nº 87/2020 – SMED

MUNICÍPIO DE IJUÍ

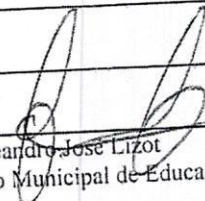


Memorando Interno nº 87/2020
Data 26 / 02 / 2020
De: SMEd
Para: Coordenadora do COPAM

Estamos encaminhando em anexo os alimentos solicitados pelo setor da merenda escolar da SMEd, o cronograma de entrega, solicitação de amostra e a pesquisa de preço. para dar encaminhamento a **CHAMADA PÚBLICA** para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para os alunos da rede municipal de ensino.

Atenciosamente

Assinatura: _____


Eleandro José Lizot
Secretário Municipal de Educação

Encaminhamento - Data: 27 / 02 / 2020

Destino: _____

COPAM
Chamada Pública 01/2020
30/03 gh

Assinatura: _____

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

PEDIDO DE COMPRAS

AQUISIÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR POR CHAMADA PÚBLICA

Sector/Nome do servidor: Setor de Alimentação Escolar / Nutricionistas Sandra D. Link (CRN - 2 / 4039) e Camila S. Alves (CRN-2 5242)
Data pedido: 21 de fevereiro de 2020

RECURSO: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Código	Quantidade	Unidade	Especificação	
62	20.000	l	Leite Integral Longa Vida, embalagem tetra brick asseptic. AMOSTRA	
63	1.500	pct	Arroz polido tipo 1 - (peso líquido 5Kg). Classe longo fino, embalagem plástica, transparente e resistente. AMOSTRA	3,10
82	1.500	kg	Feijão Preto tipo 1 - (peso líquido de 1 kg). AMOSTRA	11,94
80	1.000	kg	Farinha de Milho média (emb. plástica transparente, resistente, com solda reforçada - peso líquido 1 kg). AMOSTRA	4,61
99	1.800	Kg	Tomate Longa Vida (grau médio de amadurecimento, tamanho médio, inteiro).	2,72
100	1.500	Kg	Cebola (Íntegra, livre de brotos, tamanho médio).	3,99
101	200	Kg	Pimentão Verde (Íntegro)	8,46
102	4.000	Mç	Tempero verde (salsa e cebolinha – íntegro e fresco, maços de 80 a 100g). COMPLEMENTO: Sem folhas amareladas.	5,11
104	2.500	Kg	Beterraba (tamanho médio, íntegra) COMPLEMENTO: livre de brotos e fresca.	1,99
105	3.500	Kg	Cenoura (tamanho médio, sem manchas escuras, íntegra) COMPLEMENTO: Livre de brotos e fresca.	3,61
106	4.000	Kg	Repolho (verde, podado, íntegro)	3,90
107	1.000	Kg	Moranga cabutiá (tamanho médio, íntegra)	3,02
108	1.500	Mç	Couve em folha (maços de 200g – íntegra), fresca.	2,86
109	1.200	Kg	Batata doce (tamanho médio, íntegra, livre de brotos)	1,99
111	3.500	Unid.	Alface crespa (pé tamanho grande, íntegra).	3,38
116	800	mç	Espinafre, íntegro, maços de 200g. COMPLEMENTO: Fresco, sem folhas amareladas.	2,01
118	2.000	dz	Ovos vermelhos tipo 1, encartelados, identificados com a data de validade. COMPLEMENTO: acondicionados em grades e caixas de papelão.	2,62
119	500	un	Melancia redonda, íntegra, pesando entre 10 e 12 kg.	6,02
167	20.000	un	Pão Francês (peso líquido 50 g).	18,83
689	100	Kg	Mel puro de abelha, de mesa, centrifugado, cor levemente amarelada a castanho escuro, não contendo substâncias estranhas à sua composição normal, não apresentando cristalização, sem adição de corantes, aromatizantes, espessantes, conservadores e edulcorantes, sejam naturais ou sintéticos.	0,91
				28,88

			COMPLEMENTO: O produto deverá possuir rótulo indicando a procedência, data de validade e registro no órgão sanitário competente. Acondicionado em potes plásticos, lacrados, com peso líquido de 01 Kg.
863	600	pct	Farinha de trigo especial. Pacote de 5 kg. Embalagem resistente. AMOSTRA
1012	7.000	Kg	Laranja comum para suco. 11,61
1202	1.000	Kg	Laranja do céu, tamanho média, integra. 2,41
1203	1.500	unid.	Milho verde em espiga, tamanho médio, integro. 3,59
1349	1.000	Kg	Mandioca descascada. 1,00
2794	600	Unid.	Complemento: Embalada em pacotes de 1 Kg.
2796	400	Kg	Couve Flor, pés tamanho grande, livre de insetos, fresca, integra. 4,84
3770	600	mç	Chuchu, tamanho médio, integro. 4,33
3771	6.000	Kg	Brócolis, maços de 200 g, integro e fresco 4,64
14651	400	Kg	Bergamota, tamanho médio, integra. 4,82
19776	400	Kg	Abobrinha, tamanho médio, integra, fresca 2,69
21627	400	Kg	COMPLEMENTO: abobrinha italia 2,60
21659	1.500	Kg	Melão cascudo, maduro, tamanho médio 4,69
21663	1.500	Kg	Bolacha, tipo champagne. Ingredientes: ovos, farinha de trigo, gordura, leite, salamoníaco e açúcar. Peso líquido médio por unidade de 10g. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual. 23,04
32762	400	Kg	Linguiça mista, elaborada com carne de porco, com baixa quantidade de gordura, tempero verde, sal temperado na proporção máxima de 2,7%, tendo em média de 10 a 12 unidades por quilo, com S.I.M. 14,08
35748	800	Kg	Pão tipo sovado peso líquido médio por unidade de 500g conforme descrição
36428	400	Kg	Complemento: Pão caseiro. Ingredientes: farinha de trigo, açúcar, sal, gordura, fermento e água. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual. 10,93
36429	100	Kg	Massa caseira fresca, embalagem plástica, transparente, resistente, peso líquido 500g. 11,42
3466	2.000	Litro	Pão caseiro integral peso líquido médio por unidade de 500g. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual. 14,52
480	500	Kg	Bolacha caseira tipo rosca de polvilho. Ingredientes: Polvilho doce, açúcar, fermento químico, ovos, canela, farinha de trigo e manteiga. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual. 23,04
479	500	Kg	Bolacha caseira sem lactose e ovo. Ingredientes: Polvilho doce, fermento químico, açúcar, canela, gordura animal, salamoníaco e farinha de trigo. Proveniente de agroindústria com inscrição estadual. 23,04
			Suco de uva integral, embalagem de vidro contendo 1.000ml ou 1.500ml, 100% Suco de Uva Integral, Variedades: 45% Bordó, 25% Concord, 25% Isabel e 5% outras (aproximadamente). Validade de 24 meses. 13,35
			A empresa vencedora deverá realizar o recolhimento das embalagens de vidro.
			Polpa de fruta congelada, embalagem de 500g. Sabores morango, maracujá, abacaxi, laranja (a combinar com o fornecedor)
			Carne congelada em cubos, embalagem plástica, peso líquido de 02Kg, deverá obrigatoriamente apresentar rótulo indicando procedência, prazo de validade e número de registro. 14, 16,7

Secretário: () Autorizo despesa
ata:

() Não autorizo despesa

EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CHAMADA PÚBLICA – AGRICULTURA FAMILIAR
RECURSO: PNAE

SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS

Solicitamos amostras dos seguintes produtos:

CÓDIGO	PRODUTO
62	Leite Integral Longa Vida, embalagem tetra brick asseptic.
82	Feijão Preto tipo 1 - (peso líquido de 1 kg).
80	Farinha de Milho média (emb. plástica transparente, resistente, com solda reforçada - peso líquido 1 kg).
863	Farinha de trigo especial. Pacote de 5 kg. Embalagem resistente.

PROCEDIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA:

- *Prazo de entrega: de segunda à sexta-feira, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00.
- *Local de entrega: Secretaria Municipal de Educação (SMEd), na Rua Benjamin Constant, nº116, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000.
- *Servidoras responsáveis pelo recebimento: Sandra D. Link / Camila Alves (Nutricionistas) / Lourdes Miron / Néia Hanzel.
- *Forma de apresentação:
 - As amostras deverão estar identificadas com o nome do fornecedor na embalagem do produto apresentado.
 - As amostras deverão estar devidamente identificadas e entregues dentro do prazo previsto, caso não estejam devidamente identificadas e encaminhadas dentro do prazo legal não serão submetidas à avaliação.
 - As amostras de arroz e farinha de trigo não necessitam ser do tamanho solicitado em edital, mas no momento do recebimento dos produtos será observada a descrição do edital.

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS:

Para avaliação das amostras serão observados os seguintes itens:

- Identificação das amostras, as amostras que não possuam identificação do fornecedor constante na embalagem não serão submetidas à avaliação;
- Concordância das características das amostras em relação à descrição do produto;
- Características organolépticas (sabor e textura) e aceitabilidade dos alimentos pelas crianças e escolares;
- Embalagem (tipo de embalagem descrita e resistência);
- Rendimento após preparo e ou cocção;
- Preparo (tempo de cocção constante na embalagem).

Ijuí, 21 de fevereiro de 2020.

Sandra D. Link
Nutricionista / CRN-2 4039

Camila Stumpf Alves
Nutricionista / CRN-2 5242

**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
AQUISIÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR**

ANEXO REQUISIÇÃO INTERNA SMEd nº
RECURSO: PNAE CRECHE / PNAE PRÉ-ESCOLA / PNAE ENSINO FUNDAMENTAL / PNAE ENSINO MÉDIO / PNAE
EJA / PNAE AEE

CRONOGRAMA DE ENTREGA

HORTIFRUTIGRANJEIROS

A entrega dos alimentos será efetuada na segunda-feira e quarta-feira pela manhã, no horário das 7h 30', junto ao Setor de Alimentação Escolar, conforme as quantidades estipuladas pelo SEMAE através de cronograma de entrega previamente encaminhado ao fornecedor na quinta-feira anterior à entrega. No quadro abaixo está descrita a periodicidade e estimativa de quantidades a ser retiradas de cada alimento:

ALIMENTO	PERIODICIDADE	QUANTIDADE
Tomate	Semanalmente	60 a 70 Kg
Cebola	Semanalmente	35 a 70 Kg
Pimentão verde	Semanalmente	15 a 18 Kg
Tempero verde	Semanalmente	200 mc
Beterraba	Semanalmente	80 a 160 Kg
Cenoura	Semanalmente	80 a 160 Kg
Repolho	Semanalmente	80 a 160 Kg
Moranga cabutiá	1 a 2 vezes ao mês	120 Kg
Couve folha	Semanalmente	30 a 60 maços
Batata doce	1 a 2 vezes ao mês	120 Kg
Alface	Semanalmente	150 a 400 unid.
Espinafre	De acordo com a produção	30 a 60 maços
Ovos	Semanalmente	60 a 70 dz
Melancia	De acordo com a produção	60 unidades
Laranja	Semanalmente	150 a 300 Kg
Laranja do céu	Semanalmente	40 Kg
Milho verde	De acordo com a produção	150 unidades
Mandioca	Mensalmente	140Kg
Couve-flor	De acordo com a produção	120 unid.
Chuchu	De acordo com a produção	60 Kg
Brócolis	De acordo com a produção	80 mc
Bergamota	Semanalmente	200 a 400 Kg
Morango	De acordo com a produção	70 Kg
Abobrinha	De acordo com a produção	60 a 90 Kg
Melão	De acordo com a produção	160 Kg

*Salienta-se que as quantidades são apenas estimativas, podendo sofrer alterações de acordo com o cardápio planejado, estando condicionadas a disponibilidade e época de produção dos alimentos.

Quando o fornecedor não possuir o alimento para ser entregue na data e horário solicitado, este será o responsável pela distribuição dos alimentos nas escolas determinadas, obedecendo às quantidades e o padrão de qualidade solicitado na descrição do material constante no processo de aquisição. Qualquer problema que poderá surgir em relação à qualidade e quantidade dos alimentos o ônus da troca será do fornecedor, devendo efetuar a troca num prazo máximo de 24 horas.

O fornecedor deverá separar os alimentos de acordo com as quantidades específicas para cada escola, de acordo com o cronograma previamente estabelecido, identificando as quantidades existentes em cada embalagem.

LINGUICINHA E CARNE SUÍNA

A entrega dos alimentos será efetuada na terça-feira pela manhã, no horário das 7h 30', junto ao Setor de Alimentação Escolar, conforme as quantidades estipuladas pelo SEMAE através de cronograma de entrega previamente encaminhado ao fornecedor na quinta-feira anterior à entrega.

A periodicidade de entrega será mensal, numa estimativa de cerca de 130 a 160Kg.

Quando o fornecedor não possuir o alimento para ser entregue na data e horário solicitado, este será o responsável pela distribuição dos alimentos nas escolas determinadas, obedecendo às quantidades e o padrão de qualidade solicitado na descrição do material constante no processo de aquisição. Qualquer problema que poderá surgir em relação à qualidade e quantidade dos alimentos o ônus da troca será do fornecedor, devendo efetuar a troca num prazo máximo de 24 horas.

O fornecedor deverá separar os alimentos de acordo com as quantidades específicas para cada escola, de acordo com o cronograma previamente estabelecido, identificando as quantidades existentes em cada embalagem.

O alimento deverá estar acondicionado em recipiente térmico, que mantenha a temperatura de refrigeração.

BOLACHAS E PÃO

A entrega dos alimentos será efetuada na quarta-feira pela tarde, no horário das 13h 30', junto ao Setor de Alimentação Escolar, podendo ser entregue na quarta-feira pela manhã, conforme as quantidades estipuladas pelo SEMAE através de cronograma de entrega previamente encaminhado ao fornecedor na quinta-feira anterior à entrega. No quadro abaixo está descrita a periodicidade e estimativa de quantidades a ser retiradas de cada alimento:

ALIMENTO	PERIODICIDADE	QUANTIDADE
Pão sovado	Semanalmente	60 Kg
Pão integral	Semanalmente	30 Kg
Pão francês	Semanalmente (4 x na semana)	250 unid. cada vez
Bolacha rosca	Bimestralmente	60 Kg
Bolacha sem leite e ovo	Bimestralmente	15 Kg
Bolacha champagne	Mensalmente ou bimestralmente	120 Kg

*Salienta-se que as quantidades são apenas estimativas, podendo sofrer alterações de acordo com o cardápio planejado

Quando o fornecedor não possuir o alimento para ser entregue na data e horário solicitado, este será o responsável pela distribuição dos alimentos nas escolas determinadas, obedecendo às quantidades e o padrão de qualidade solicitado na descrição do material constante no processo de aquisição. Qualquer problema que poderá surgir em relação à qualidade e quantidade dos alimentos o ônus da troca será do fornecedor, devendo efetuar a troca num prazo máximo de 24 horas.

MASSA CASEIRA

A entrega dos alimentos será efetuada na segunda-feira ou terça-feira pela manhã. O fornecedor deverá entregar na Escola Municipal Deolinda Barufaldi e Escola Municipal Quinze de Novembro, conforme as quantidades estipuladas pelo SEMAE através de cronograma de entrega previamente encaminhado ao fornecedor na quinta-feira anterior à entrega.

A periodicidade de entrega será mensal ou quinzenal, numa estimativa de cerca de 20 Kg.

Qualquer problema que poderá surgir em relação à qualidade e quantidade dos alimentos o ônus da troca será do fornecedor, devendo efetuar a troca num prazo máximo de 24 horas.

POLPA DE FRUTAS E SUCO DE UVA

A entrega dos alimentos será efetuada ao setor de alimentação com periodicidade mensal. A polpa será entregue na terça-feira pela manhã no horário de 8 horas junto ao Setor de Alimentação, já o suco de uva será combinado com o vencedor do processo licitatório posteriormente.

ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS

Os alimentos serão solicitados de acordo com as necessidades do Setor de Alimentação Escolar, devendo o fornecedor efetuar a entrega em até 10 dias úteis, a contar da solicitação da mercadoria.

*Os alimentos entregues devem possuir data de fabricação recente (no máximo 15 dias antes da entrega), quando não apresentarem, o produto não será aceito.

*Alimentos que forem destinados ao SEMAE (Setor Municipal de Alimentação Escolar), após as 11 horas, salvo pequenas quantidades, somente serão recebidos a partir das 13h e 30', produtos destinados após as 16h00min, serão recebidos apenas a partir das 08h00min do dia seguinte, seguindo-se a mesma ressalva já descrita acima. A entrega deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, dentro dos horários definidos.

*O fornecedor vencedor do processo de compra fica responsável pelo **transporte e descarga do produto**, não tendo o SEMAE responsabilidade alguma por este serviço.

*Produtos que não estiverem de acordo com o solicitado em Edital e amostras apresentadas, não serão recebidos, caso seja necessária troca, o ônus desta fica sob responsabilidade do fornecedor, bem como mercadorias que apresentarem problemas após o recebimento.

*Local de entrega das mercadorias: Rua Benjamin Constant, nº116, Centro, Ijuí (RS).

*Horário de recebimento: manhã – 08h às 11 horas.
Tarde – 13h 30' às 16 horas

PAGAMENTO DAS MERCADORIAS

Mensalmente, de acordo com a sua necessidade, disponibilidade de recursos financeiros e de alimentos no fornecedor, será solicitado o empenho da mercadoria.

O pagamento das mercadorias será parcelado, de acordo com a entrega. Os alimentos deverão ser entregues nos dias da semana estipulados nesta compra, de acordo com as quantidades previamente estipuladas no Setor de Alimentação Escolar, sito à Rua Benjamin Constant, nº116, Centro, Ijuí (RS). Reservando-se o direito de trocar toda e qualquer mercadoria que não estiver de acordo com as características descritas, bem como aquelas que apresentarem problemas que impeçam o consumo dentro do prazo de validade do produto.

Ijuí, 21 de fevereiro de 2020.

Sandra D. Link
Nutricionista / CRN-2 4039

Camila Stumpf Alves
Nutricionista / CRN-2 5242



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020

ANEXO VI

PARECER JURÍDICO 338/2019

ASSESSORIA JURÍDICA COPAM PARECER JURÍDICO Nº 338/2019

Assunto: Lei Complementar 123/2006.

DOS FATOS

A Secretaria Municipal de Educação - SMED, enviou ao Departamento de Compras solicitação para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis através de registro de preço pelo período de seis meses.

Realizada a pesquisa de preço na oportunidade em 03 (três) empresas, estas enquadradas como LTDA, Cooperativa e EPP, verificou-se que não há necessidade de exclusividade nos moldes do que dita a Lei Complementar 123/2016; nem tampouco a reserva de cotas conforme determina o Art. 48, inciso III, até porque os preços praticados dos licitantes interessados (ME, EPP,...) devem ficar no mesmo patamar ou abaixo da cotação estimada pelo Município, haja vista que os preços demonstrados na tabela anexo, não tendem gerar benefícios quanto ao erário público do Município de Ijuí.

DO MÉRITO

A Lei complementar de 14 de dezembro de 2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, também conhecido como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, dispõe que:

Art. 48 - Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório:

I - Destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Ainda, o art. 6º, *caput*, do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado em favor dessas empresas, nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal, estabeleceu que:

Art. 6º - Os órgãos e entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo quando ocorrerem as situações previstas no art. 9º, devidamente justificadas.

Adotada a premissa de que o decreto não pode ir além da lei, e que portanto, cabe à Administração decidir, em cada caso, se a licitação será, ou não, exclusivamente reservada à participação daquelas empresas, segue-se a consequência de que tal opção há de ancorar-se em fundadas razões, ou seja, deverá a Administração explicitar os respectivos motivos determinantes, se entender de afastar a exclusividade.

É que, sendo o tratamento diferenciado, como é, resultante de expressa política pública constitucional (CF/88, art. 170, IX), deve a Administração esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação, cujo objeto se contenha no limite legal fixado (R\$ 80.000,00), não será exclusiva para pequenas e microempresas.

Em outras palavras, a regra é a exclusividade, quando se cuidar de licitação de valor estimado em até R\$ 80.000,00 - assim se interpreta o "dever" posto no decreto -, mas há exceções, desde que fundadas em motivos relevantes, que cumpre à Administração evidenciar em cada caso.

Pondere-se que a licitação tem como princípio assegurar a igualdade de condições a todos os que desejarem contratar com a Administração Pública, consoante preceitua o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Portanto, o tratamento diferenciado, deferido a uma determinada categoria de empresas em matéria licitatória, somente terá respaldo constitucional se tal medida se harmonizar com outro valor também tutelado pela Constituição.

Nesse sentido o entendimento do Tribunal de Contas da União no acórdão nº 2957/2012, Plenário, no que tange à faculdade conferida pelo art. 48, I, da LC nº 123/06, *verbis*:

[...] o poder regulamentar não teria o condão de extrapolar os limites legais, de modo que o art. 6º do Decreto nº 6.204, de 2007, ao criar o dever de a Administração realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), teria ido além do previsto no art. 48, inciso I, da Lei nº 123, de 2006.

Salienta-se então que, o disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/06, sublinhe-se, tem aplicação somente nas contratações mediante licitação.

O art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

A regra conhece precedente. A Súmula 247, do Tribunal de Contas da União, afasta a obrigatoriedade do parcelamento, prevista no art. 23 da Lei nº 8.666/93 - fator que se traduz na ampliação do número de competidores -, **em hipóteses que representem prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.**

A Lei Complementar nº 123/06 tem por incompatível com o interesse público a exclusividade de participação de entidades de menor porte, em licitação cujo valor estimado não supere R\$ 80.000,00, sempre que a Administração verifique o risco de prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Compreende-se a ressalva. As pequenas e microempresas não contam, em equivalência às empresas de grande e médio porte, com estruturas e capacidade técnica para atender a determinadas demandas. Assim, mesmo que o valor estimado da licitação seja inferior a R\$ 80.000,00, a Administração deve ampliar a participação para entidades de grande e médio porte, se a exclusiva participação de micro e pequenas empresas contiver risco de prejuízo à satisfatória execução do conjunto ou complexo do objeto.

Basta a previsibilidade do prejuízo, não se exigindo certeza sobre a sua real dimensão, até porque esta somente seria passível de apuração ao final da execução do contrato, ou seja, quando o dano já estivesse consumado e pudesse ser avaliado em toda a sua extensão, o que, evidentemente, não teria sentido nenhum em termos de proteção ao erário e ao interesse público.

Observa-se ainda que, a Lei Complementar nº 123/06 também afasta a exclusividade para o efeito de subcontratação e de **reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto, quando o tratamento privilegiado mostrar-se desvantajoso para a Administração.**

De acordo com o art. 9º, inciso II do Decreto federal nº 6.204/07, **considera-se desvantajosa a contratação quando resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.**

Em suma, observar-se o texto do art. 9º, inciso II, não há como se constatar a desvantagem de conceder-se a exclusiva participação de entidades de menor porte, em razão dos valores das propostas dos licitantes apresentarem-se superiores ao valor estimado da contratação, sem o anterior conhecimento dessas propostas, o que só será possível mediante a abertura dos respectivos envelopes, no curso do procedimento competitivo, e, não, antes deste. Porém, mesmo que a licitação não seja exclusiva, o edital oferece tratamento diferenciado, bastando o licitante demonstrar através de competente documento o privilégio que a Lei complementar oferece.

Uma mera observação é de ser ainda exposta nesta oportunidade. Em licitações processadas por lotes compostos por diversos itens, mas cuja adjudicação se dará ao licitante que ofertar o menor preço global para o lote, a avaliação do valor de R\$ 80.000,00 para a realização de licitação exclusiva para a

participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina do art. 48, inc. I da Lei Complementar nº 123/06, deverá ser feita em relação ao valor estimado do lote como um todo e não em relação ao valor estimado dos itens que o compõem.

A Administração que realiza licitação exclusiva para entidades de menor porte e consulta proposta vencedora de preço superior ao estimado, nas licitações subsequentes para o mesmo objeto, **pode afastar a regra da exclusividade** e ampliar a licitação a entidades de médio e grande porte. Essa decisão exige motivação, sobretudo quanto à perspectiva de que a ampliação do universo de competidores produzirá a obtenção de propostas mais vantajosas.

Ainda, podemos observar o artigo 49 da Lei Complementar nº 123/06 afasta a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 **quando não houver um mínimo de três fornecedores competitivos**, enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados local ou regionalmente, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Ressaltar-se que a adoção da modalidade licitatória do pregão, seja em formato eletrônico ou até mesmo presencial, amplia o universo de entidades empresariais interessadas em participar do certame, inclusive as enquadradas nas categorias microempresa e empresa de pequeno porte, de sorte a viabilizar que qualquer uma delas, sediada em qualquer ponto do território nacional, dele participe, ampliando-se a competitividade e, **por conseguinte, estimulando a oferta de propostas mais vantajosas para a Administração.**

Em suma, pode-se dizer que os tribunais de contas, chamados a interpretar divergências quanto à aplicação das normas da Lei Complementar nº 123/06 e seus regulamentos, vêm estabelecendo que o privilégio é a regra, somente afastável nas situações de exceção legalmente previstas, e que, como toda exceção, hão de ser juridicamente interpretadas de modo estrito.

Dentre exceções à regra, o presente Parecer destaca as situações em que a participação exclusiva dessas pequenas empresas em licitações possa acarretar desvantagem para a Administração; se oponham óbices relevantes à exclusividade nas licitações por itens, lotes ou grupos, em face do limite do valor estimado de R\$ 80.000,00 e independentemente da classificação orçamentária da despesa; se viabilizem adesões a atas de registro de preço; apresentem-se propostas que superem aquele limite de valor estimado, mesmo se tratando de licitação exclusiva para aquelas empresas; inexistir o mínimo de três fornecedores competitivos de pequeno porte.

Por mais que o artigo 65 da Lei Complementar dita que a União, Estado, Distrito Federal e Municípios devem manter programas específicos para as microempresas e empresas de pequeno porte, ainda cabe a Administração decidir se é favorável ou não a licitação exclusiva e, conforme demonstra na pesquisa de preço realizada e anexo ao edital, não se tem vantagem, neste caso, de ser exclusiva.

Salienta-se ainda que, em pesquisa em nossos processos licitatórios de 2017, por exemplo, no pregão 23 - alimentos perecíveis, somente empresa ME foi vencedora; pregão 62 - alimentos não perecíveis, empresas LTDA, ME e EPP venceram e; pregão 67 - alimentos perecíveis, empresas ME venceram; Já no ano de 2018, dos três pregões, o PP 79 - alimentos perecíveis, ME e EPP foram classificadas; PP 156 - alimentos perecíveis, empresas ME, LTDA e Cooperativa venceram e último, PP 157 - alimentos não perecíveis, ME, LTDA e EPP foram classificadas.

Claro e evidente que os pregões de alimentos perecíveis e não perecíveis publicados por este Ente, estão em pleno acordo da Lei das Licitações e previamente demonstrado do porquê da não exclusividade pelos preços orçados.

Desta forma, esta Assessoria Jurídica opina pela publicação do edital nos termos da Lei das Licitações.

Ijuí/RS, 25 de outubro de 2019.

Marco Antônio Sagave
OAB/RS 91.178
Assessor Jurídico